

ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER JUDICIÁRIO			
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS			
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL			
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA			
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009			
RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")			RS 100
ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	10.158.636,14	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	7.925.086,12
Caixa	-	Depósitos	272.285,96
Bancos	6.210.619,45	Restos a Pagar Processados	7.562.381,04
Conta Movimento	6.210.619,45	Do Exercício	3.892.326,71
Contas Vinculadas	-	De Exercícios Anteriores	3.670.054,33
Aplicações Financeiras	-	RP Não-processados de Exercícios Anteriores	90.419,12
Outras Disponibilidades Financeiras	3.948.016,69	Outras Obrigações Financeiras	-
Crédito Financeiro a Receber da Unidade Financeira Central - GM	3.948.016,69		
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)		SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)	2.233.550,02
TOTAL	10.158.636,14	TOTAL	10.158.636,14
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)			286.373,19
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV) = (II - III)			1.947.176,83
REGIME PREVIDENCIÁRIO			
ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DO REGIME PREVIDENCIÁRIO	-	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO	-
Caixa	-	Depósitos	-
Bancos	-	Restos a Pagar Processados	-
Conta Movimento	-	Do Exercício	-
Contas Vinculadas	-	De Exercícios Anteriores	-
Aplicações Financeiras	-	Outras Obrigações Financeiras	-
Outras Disponibilidades Financeiras	-	<Identificação das obrigações mais relevantes do Poder ou órgão	-
<Identificação das outras disponibilidades financeiras>	-		
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (V)	-	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VI)	-
TOTAL	-	TOTAL	-
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VII)	-		-
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (VI - VII)	-		-
Fonte: Relatórios SIAFI/MG.			
Nota: Valores de Outras Disponibilidades Financeiras - Crédito Financeiro a Receber da Unidade Financeira Central - GM IFP sujeitos a alterações por parte da Superintendência Central de Administração Financeira - SCAF/SEF/MG.			
Juiz Cel PM RÚBIO PAULINO COELHO, Presidente; Hebe Maria de Oliveira Amaral, Diretora-Geral em exercício; Angelo de Magalhães Roque, Diretor-Executivo de Finanças em exercício; Marília Crispi Paixão Carneiro, Auditora; e Roberto Flávio Soares do Couto, Contador.			

ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER JUDICIÁRIO					
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS					
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL					
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR					
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL					
POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009					
RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")					RS 100
ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR INSCRITOS				EMPENHOS CANCELADOS E NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)		
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA					
Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais	3.670.054,33	3.892.326,71	90.419,12	286.373,19	-
TOTAL	3.670.054,33	3.892.326,71	90.419,12	286.373,19	-
SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (Apurado no Anexo V - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa)					2.233.550,02
FONTE DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR INSCRITOS				EMPENHOS CANCELADOS E NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)		
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	
FONTE 10.1	3.17184,36	2.285.929,04	90.069,12	231.595,39	-
FONTE 10.5	377.564,02	1.241.082,66	-	-	-
FONTE 42.5	40.338,08	117.060,98	-	-	-
FONTE 43.5	80.337,87	200.723,03	-	-	-
FONTE 10.7	-	47.531,00	-	-	-
FONTE 60.1	-	-	350,00	54.777,80	-
TOTAL	3.670.054,33	3.892.326,71	90.419,12	286.373,19	-
FONTE: Relatórios SIAFI de Restos a Pagar, emitidos em 11/01/2010, e anexo V RGF 2009.					
Juiz Cel PM RÚBIO PAULINO COELHO, Presidente; Hebe Maria de Oliveira Amaral, Diretora-Geral em exercício; Angelo de Magalhães Roque, Diretor-Executivo de Finanças em exercício; Marília Crispi Paixão Carneiro, Auditora; e Roberto Flávio Soares do Couto, Contador.					

ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER JUDICIÁRIO		
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2009		
LRF, art. 48 - Anexo VII		RS 1,00
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	%SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP (Portaria STN nº 577 de 15/10/08)	21.329.910,51	0,0733%
Despesa Total com Pessoal - DTP (Portaria STN nº 577 de 15/10/08 c/c IN nº 01 de 21/04/00 e nº 05 de 19/12/01 - TCMG)	14.694.212,24	0,0505%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,09%	26.206.622,59	0,0900%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 0,0855%	24.896.291,46	0,0855%
DÍVIDA	VALOR	%SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	%SOBRE A RCL
Total das Garantias	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	%SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	-	-
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação d	-	-
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos	286.373,19	2.233.550,02
FONTE: Anexos I e V do RGF 2009.		
Juiz Cel PM RÚBIO PAULINO COELHO, Presidente; Hebe Maria de Oliveira Amaral, Diretora-Geral em exercício; Angelo de Magalhães Roque, Diretor-Executivo de Finanças em exercício; Marília Crispi Paixão Carneiro, Auditora; e Roberto Flávio Soares do Couto, Contador.		

ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER JUDICIÁRIO	
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS	
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL	
ORÇAMENTO FISCAL DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO/2009 A DEZEMBRO/2009	
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") - Portaria STN nº 577, de 15 de outubro de 2008.	R\$ 100
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS
	JANEIRO/2009 A DEZEMBRO/2009
	LIQUIDADAS
	INSCRITAS EM
	RESTOS A PAGAR
	NÃO PROCESSADOS
	(a)
	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	23.907.007,78
Pessoal Ativo	14.732.214,44
Pessoal Inativo e Pensionistas	9.174.793,34
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	2.577.097,27
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-
Despesas de Exercícios Anteriores	132.531,16
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (1)	2.412.012,15
Despesas de Caráter Indenizatório (2)	32.553,96
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	21.329.910,51
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	21.329.910,51
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	
	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL(V)	29.118.469.548,08
%DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - TDP sobre a RCL(VI) = (IV/V) * 100	0,073%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,09%	26.206.622,59
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 0,0855%	24.896.291,46
FONTE: Relatórios SIAFI/MG - RCL conforme informação da Secretaria de Estado de Fazenda.	
Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as	
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;	
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.	
(1) - Contribuição para FUNFIP e FUNPEMG (segurado e patronal), consoante disposto art. 19, §1º, inciso VI da LRF;	
(2) - Despesas não computadas no art 18, caput, da Lei complementar Federal Nº 101, de 04 de maio de 2000:	
3190-16-05 - Ativos Civis - Férias-Prêmio - R\$ 32.553,96	
Juiz Cel PM RÚBIO PAULINO COELHO, Presidente; Hebe Maria de Oliveira Amaral, Diretora-Geral em exercício; Angelo de Magalhães Roque, Diretor-Executivo de Finanças em exercício; Marília Crispi Paixão Carneiro, Auditora; e Roberto Flávio Soares do Couto,	

ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER JUDICIÁRIO		
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO/2009 A DEZEMBRO/2009		
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") - Portaria STN nº 577, de 15 de outubro de 2008.		
c/c IN nº 01 de 21/04/01 e nº 05 de 19/12/01 - TCMG		R\$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	JANEIRO/2009 A DEZEMBRO/2009	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	23.907.007,78	-
Pessoal Ativo	14.732.244,44	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	9.174.793,34	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	9.212.795,54	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	5.448,24	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (1)	9.174.793,34	-
Despesas de Caráter Indenizatório (2)	32.553,96	-
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	14.694.212,24	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		14.694.212,24
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		29.118.469.548,08
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - TDP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100		0,050%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,09%		26.206.622,59
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 0,0855%		24.896.291,46
FONTE: Relatórios SIAF/MG - RCL conforme informação da Secretaria de Estado de Fazenda.		
Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as		
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;		
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.		
(1) - Consoante disposto nas Instruções TCMG nº 001 de 21 de abril de 2001 e nº 005, de 19 de dezembro de 2001; Lei Complementar nº 64		
(2) - Despesas não computadas no art 18, caput, da Lei complementar Federal Nº 101, de 04 de maio de 2000:		
3190-16-05 - Ativos Cívicos - Férias-Prêmio - R\$ 32.553,96		
Juiz Cel PM RÚBIO PAULINO COELHO, Presidente; Hebe Maria de Oliveira Amaral, Diretora-Geral em exercício; Angelo de Magalhães Roque, Diretor-Executivo de Finanças em exercício; Marília Crispi Paixão Carneiro, Auditora; e Roberto Flávio Soares do Couto,		